

UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: O CASO DO FRIGORÍFICO SAFRITA DE ITAPIRANGA

Douglas Orestes Franzen¹

Resumo

O artigo visa contextualizar o projeto de desenvolvimento posto em prática a partir da emancipação do município de Itapiranga no ano de 1954. Resultado de um projeto de desenvolvimento municipal, o foco da análise se concentra na implantação do frigorífico Safrita e toda reestruturação econômica e social dele advindos, mas vai além desse empreendimento buscando relacioná-lo a uma conjuntura nacional de desenvolvimento econômico. A análise conclui que o projeto de desenvolvimento buscou a modernização da agricultura regional e a geração da renda através da dinamização do potencial agrícola do município, o que gerou uma reestruturação socioeconômica na região.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, agricultura, políticas de fomento.

Abstract

The article seeks to contextualize the development project implemented from the emancipation of the municipality of Itapiranga in 1954. Result of a municipal development project, the focus of the analysis focuses on the implementation of the refrigerator Safrita and all economic and social restructuring it coming, but it goes beyond this venture seeking to relate it to a situation of national economic development. The analysis concludes that the development project aimed at modernizing the regional agriculture and income generation through promotion of the agricultural potential of the municipality, which generated a socio-economic restructuring in the region.

Keywords: regional development, agriculture, promotion policies.

Considerações Iniciais

O objetivo do artigo é o de compreender o processo de formação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga (Safrita) na década de 1960, seu desenvolvimento e sua falência no ano de 1981, sendo que, o projeto Safrita consistiu na associação do capital social advindo principalmente de colonos e comerciantes. O frigorífico nasceu de um projeto de desenvolvimento idealizado localmente a partir da emancipação do município de Itapiranga no ano de 1954, mas que esteve inserido numa conjuntura mais ampla, de modernização da agricultura e de expansão dos empreendimentos frigoríficos em Santa Catarina a partir da década de 1950.

O estudo tem na História Regional seu aporte metodológico em virtude da relação do empreendimento de caráter local com uma conjuntura mais ampla, um

¹ Doutorando em História pela UPF. Docente da FAI Faculdades. E-mail: douglas.franzen@seifai.edu.br

projeto que transcendeu espacialmente as fronteiras da colonização Porto Novo e do município de Itapiranga. Nesse sentido, utilizamos do conceito de Reckziegel (1999, p. 19) ao afirmar que “a região como qualquer segmento do espaço, é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo.”

Na análise são levados em consideração depoimentos de história oral para colocar em evidência sujeitos que participaram do processo. Mesmo que não expressados literalmente ao longo do texto, os depoimentos de história oral estão inseridos nas análises e no contexto da obra. Além disso, usamos de uma pesquisa documental em arquivos históricos e jornais impressos da época. Essa peculiaridade dá ao texto um caráter qualitativo por levar em consideração experiências vividas por sujeitos históricos.

A implantação do empreendimento ocorreu na década de 1960 no município de Itapiranga-SC, mas consideramos que o espaço de atuação do frigorífico teve abrangência regional, tendo reflexos diretos no Extremo Oeste de Santa Catarina, em municípios como São João do Oeste, Tunápolis, Santa Helena, Iporã do Oeste e Mondaí; e do Noroeste do Rio Grande do Sul como: Barra do Guarita, Vista Gaúcha e Pinheirinho do Vale. A constituição de um frigorífico em Itapiranga justificava-se diante da vasta existência de matéria prima, sendo a suinocultura uma das principais atividades econômicas da região praticada desde o início da colonização.

Resultado de um estudo, denominado de Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, o frigorífico Safrita foi decorrente de um amplo processo de mudança ocorrida na agricultura regional a partir da década de 1960. O frigorífico é apenas um dos diversos setores que receberam investimentos visando o desenvolvimento econômico e social, principalmente na agricultura. Esse discurso, sustentado na visão do progresso, era legitimado pela noção de atraso das condições de vida da população, como evidenciamos em artigo de jornal publicado em 1962, falando da necessidade duma pronta ação no sentido de aproveitamento de tantas matérias primas existentes até então inaproveitadas em favor da população, podendo assim, “levantar” o nível de vida em que muitos jaziam. (FINALIDADES DA MISEREOR, 1962, n.º 68, p. 98)

Elaborado por uma empresa de consultoria especializada de São Paulo, o Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, publicado no ano de 1962, serviu como documento de análise para canalizar investimentos em setores estratégicos da economia local, principalmente no que tange à captação de recursos financeiros provindos de agências de fomento para projetos de desenvolvimento. Esses projetos deveriam, conforme o Relatório, ser coordenados por uma entidade representativa, denominada então de Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Nesse sentido, teve papel importante a imprensa local no intuito de motivar a população a acreditar nos projetos desenvolvimentistas que eram idealizados para Itapiranga no início da década de 1960. O objetivo era de legitimar o discurso do momento: o progresso de Itapiranga a todo custo, o que podemos perceber em artigo publicado no Jornal Itapiranga em Marcha: “O progresso de Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticai o que se está realizando agora, pois se não olharmos 10 anos para frente, chegaremos 100 anos atrasados.” (ITAPIRANGA VIVE UMA ENCRUZILHADA HISTÓRICA, 1962 nº 82, p. 01)

A colonização Porto Novo

O projeto de colonização Porto Novo, foi idealizado pela Sociedade União Popular – *Volksverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculado aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social. O empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*, e fundado oficialmente no ano de 1926. Já no ano de 1928 a colonização recebeu o nome de Itapiranga, nome dado atualmente ao município, gerando mais tarde a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João do Oeste.

A *Volksverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul*, não era necessariamente uma empresa de colonização. Era, na verdade, uma entidade associativa fundada para dar assistência a população de descendência alemã e católica no Sul do Brasil. Essa associação chegou a ter no período do Primeira Guerra Mundial cerca de oito mil associados.

A característica do empreendimento colonizador Porto Novo possuía a peculiaridade de aceitar somente migrantes que fossem de origem germânica e católica, portanto uma colonização étnica e confessional. Nesse sentido, compraram terras nessa colônia famílias que buscavam novas fronteiras agrícolas originárias das colônias velhas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde as terras já estavam subdivididas e esgotadas. Da mesma forma, adquiriram terras em Porto Novo, imigrantes que fugiam das duras condições de vida em vilarejos europeus, expulsos pelas atrocidades da guerra, pela perseguição étnica e política, ou pelas péssimas condições de vida e de trabalho lá existentes.

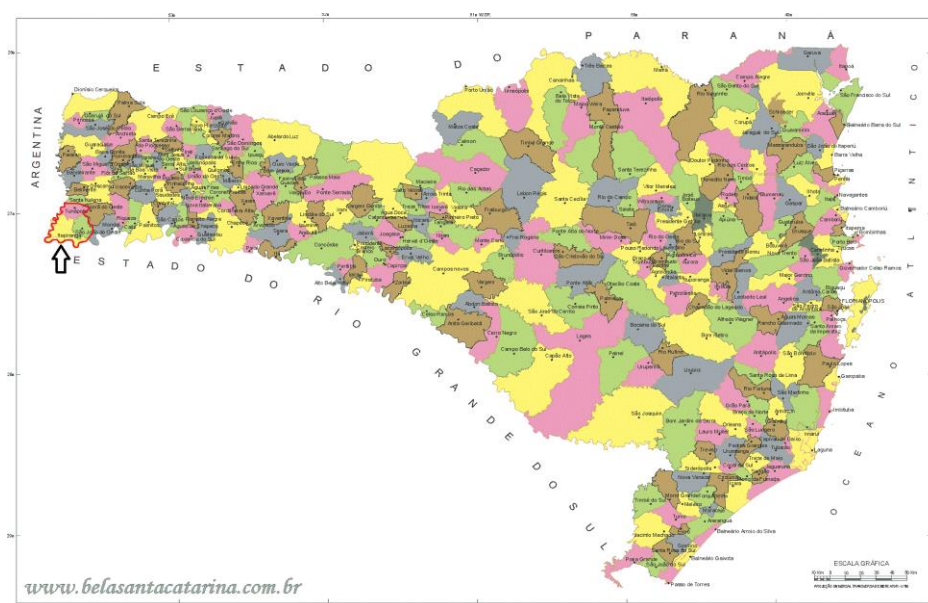
Inicialmente, a ideia da Sociedade União Popular era a de fundar uma colônia com essas características em solo gaúcho, mas tal empreendimento não foi visto com bons olhos pelo governo do Rio Grande do Sul, além do valor das terras serem muito altos. Nesse sentido, buscou-se a compra de um lote de terras em Santa Catarina, pois era de interesse do governo catarinense em promover a ocupação daquele espaço.

Sobre a decisão em relação a Colonização de Porto Novo, lemos o seguinte nos Anais da Reunião de Católicos de Porto Novo de 1934:

O projeto de uma povoação exclusiva para pessoas católicas de origem alemã, segundo o modelo da antiga colônia de Serro Azul, (...) não era novo para a Volksverein. (...) A Volksverein não via com bons olhos o fato de jovens agricultores gaúchos de origem alemã serem convencidos através de propaganda, a integrarem projetos de colonização que misturavam origem étnico-cultural ou confissão religiosa. A preocupação não estava baseada em intolerância racial ou religiosa. Única e exclusivamente a preocupação era com o bem estar espiritual e físico dos povoadores que migravam. Comunidade religiosa, escola, agremiações, mesmo associações com objetivos puramente de lazer, somente são possíveis de ser formadas e mantidas em um grupo com unidade cultural e religiosa. Mesmo que o colonizador, vivendo em meio a um grupo bem diverso, pudesse ter colheitas ricas, significaria sufocar no materialismo, basear suas decisões apenas no objetivo de alcançar ótimas colheitas. Este materialismo traria consequências devastadoras para as futuras gerações. (...) Por isso, a Sociedade União Popular dedicou especial atenção ao processo de formação de novas áreas de colonização. (apud ROHDE, 2011, p.24)

A colonização Porto Novo foi organizado da forma que fossem vendidos lotes rurais, de aproximadamente 25 hectares. Foram organizados também centros comunitários, onde se zelava pela construção de uma capela e de uma escola, onde em alguns casos também foram abertas casas comerciais para abastecer as famílias com suprimentos. A economia girava basicamente em torno da agricultura familiar.

Mapa 01: Santa Catarina, com destaque para a região do município de Itapiranga no ano de 1954



Fonte: Site <http://www.belasantacatarina.com.br>. Acesso em 19/11/2013.

O esgotamento do modelo produtivo da colônia

A história da humanidade, de maneira geral, foi construída através de ciclos de desenvolvimento que desencadearam progressos e retrocessos. Nesse sentido, sociedades construíram ao longo da história novos modos de vida, adaptaram-se a novas condições de existência, criaram possibilidades, migraram em busca de novas alternativas, e até mesmo sucumbiram para a extinção. Não foi diferente no caso da colonização Porto Novo. As quatro primeiras décadas do empreendimento mantiveram um padrão histórico típico, do que comumente se concebe como um processo de colonização: a ocupação dos lotes e das linhas coloniais, a derrubada da mata nativa, as primeiras colheitas rudimentares e as práticas agrícolas tradicionais.

Essa conjuntura começou a mudar a partir da década de 1950, fruto das novas levas de migrantes, da prática agrícola tradicional com deficiências produtivas, dos limites das fronteiras agrícolas² e da nova visão de desenvolvimento e progresso idealizada a partir da emancipação do município de Itapiranga no ano de 1954. Da mesma forma, temos de compreender a política de desenvolvimento adotada no Brasil a partir daquela década que teve reflexos diretos na região, impulsionando a modernização da agricultura, a industrialização e a urbanização da população brasileira.

Dois fatores caracterizaram o esgotamento do modelo produtivo colonial: a questão da crise do sistema colonial tradicional, através do limite das fronteiras agrícolas e o esgotamento do solo e o consequente problema da sucessão familiar na agricultura. Confirma-se assim, a hipótese de que a crise conjuntural da colonização Porto Novo forçou a sociedade regional a construir novos padrões sociais e econômicos, novas identidades e buscar alternativas de sobrevivência frente ao modelo agrícola e social em decadência. Essa hipótese já foi discutida por Roche (1969) e Neumann (2009) em relação às colônias alemãs do Rio Grande do Sul, quando afirmam de que práticas agrícolas rudimentares e pouco produtivas promoveram o excesso de mão de obra nessas colonizações.

A agricultura praticada nas três primeiras décadas de colonização era extensiva, predatória e insustentável. A derrubada da mata fez com que as plantações chegassem quase aos limites territoriais da colônia, o que urgia produzir mais em um menor espaço. O solo, após várias colheitas sem a preocupação do manejo adequado já não gerava colheitas conforme o desejado. A rentabilidade da produção afetava diretamente a lucro dos colonos com a comercialização de seus produtos, daí a necessidade de melhorar as técnicas e o manejo no intuito de trazer maior retorno financeiro ao produtor.

A situação de crise do sistema produtivo colonial, em que o colono encontrava-se praticando uma agricultura insustentável, gerou grande preocupação nas lideranças regionais, porque o futuro da região estava em jogo. Caso o agricultor continuasse

² As fronteiras agrícolas aqui entendidas representam os limites territoriais da colonização Porto Novo. Era orientação dos padres jesuítas evitar a miscigenação do povo de Itapiranga com outras culturas, por isso, os limites da colonização acabaram sufocando a população em crescimento, em território de pequenas proporções.

persistindo nessas técnicas predatórias de produção, o fracasso econômico da região seria eminente. Urgia implantar técnicas modernas de produção, gerando maiores rendimentos sob as mesmas condições fundiárias, já que a fronteira agrícola encontrava-se em seu limite. Essa busca por implantar um novo modelo de produção era sustentado por um discurso modernizador, decorrente de uma tendência brasileira de tirar a agricultura do atraso tecnológico e produtivo.

Nesse sentido, temos o exemplo do cultivo de milho nas propriedades da região. A cultura do milho no período da agricultura tradicional da colonização esteve voltada principalmente para a alimentação dos animais e do grupo familiar. Os colonos plantavam o milho comum, amarelo e branco, de baixa qualidade para a alimentação para os seres humanos. As sementes eram selecionadas pelo próprio colono, sendo feitas trocas de sementes entre vizinhos. A produtividade era muito pequena por hectare plantado, girando em torno de 27 sacas por hectare na década de 1960. O plantio era feito de forma rudimentar, e a capina era o método utilizado para conservar a plantação das ervas daninhas. A colheita era feita de forma braçal, envolvendo praticamente todos os membros da família, e a estocagem era feita em paióis, expostos a ratos e pragas diversas. Era uma atividade que despendia muito trabalho e pouco retorno financeiro³.

Outra atividade agrícola que sofreu profundas mudanças a partir da década de 1950 foi a suinocultura. Praticada até então de forma artesanal e rudimentar, com a criação de porcos quase que exclusivamente para a produção de banha, único produto de valor comercial considerável, a suinocultura passou um processo de modernização com o melhoramento das raças e do manejo, inclusive com a implantação de ração balanceada na alimentação dos animais. Esse processo foi decorrente da exigência dos frigoríficos de uma carne com menor teor de gordura. Os padres jesuítas foram grandes fomentadores desse processo, inaugurando inclusive o primeiro posto de suinocultura em Itapiranga no intuito de aprimorar a atividade. Ou seja, o desejo de modernização da atividade agrícola na região foi idealizado por várias frentes e por diversas lideranças.

³ Conforme Jungblut (2000), na década de 60 colhia-se uma média de 27 sacas de milho por hectare, na década de 70 colhia-se 40 sacas/ha, na década de 80 a média era de 47 sacas/ha e na década de 90 colhia-se 70 sacas/ha. Segundo o autor essa evolução ocorreu através da modernização da agricultura, com a implantação de melhores sementes e tecnologias de cultivo, estimuladas principalmente pela expansão do mercado consumidor de milho.

Foram nos momentos de crise que as sociedades construíram novos padrões de vida, novas relações de trabalho, novas formas de conceber a sua existência. Assim, os colonos, alguns com maior, outros com menor intensidade, tiveram que rever seus valores morais, seus padrões religiosos, a forma como concebiam o trabalho na terra, e as suas perspectivas de futuro. Podemos afirmar que, nas décadas de 1950 e 1960, a sociedade regional repensou seus padrões de vida.

Entendemos que a busca por uma nova condição de vida por parte do colono e de sua família foi um fator determinante para a formação da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga, pois esse empreendimento trouxe novas perspectivas de sociedade. Com os limites das fronteiras agrícolas da colônia, o problema da sucessão familiar e do futuro profissional dos filhos foi considerado um problema. Era preciso criar novas perspectivas profissionais e econômicas na região frente à escassez de terras para suprir a mão de obra existente. Construir um frigorífico passou a ser uma alternativa plausível.

Conjuntura econômica e as propostas de desenvolvimento para Itapiranga

Terminada a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um processo de readequação e reestruturação da economia mundial, principalmente no que tange à reconstrução dos países diretamente atingidos pelo conflito e aqueles que sentiram os efeitos colaterais da sua conjuntura. Podemos afirmar que a partir da segunda metade da década de 1940, mais intensamente a partir da década de 1950, criaram-se dispositivos de injeção de recursos financeiros para financiamentos de projetos de desenvolvimento dos países, através da criação de instituições financeiras como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, e o Fundo Monetário Internacional – FMI.

Grande parte dos países iniciou a partir daquele período um processo de expansão da industrialização. Este processo foi orquestrado pelos países com economias planificadas, principalmente os Estados Unidos da América. Formaram-se nesse período as características da globalização da economia mundial, através de complexos fluxos de exportações e importações, tanto de produtos industrializados, de bens de consumo e de produtos agrícolas, bem como de bens de capital.

No Brasil a discussão quanto ao processo de modernização da economia também se tornou amplo a partir da década de 1940, principalmente no que tange ao processo de

industrialização. Isso foi possível graças à disponibilidade de bens de capital, que foram utilizados pelo Estado para o financiamento de obras de infraestrutura e implantação de indústrias de produção de bens de consumo.

Conforme Oliveira,

Especialmente entre 1947 e 1954, o Brasil teve a seu favor um ciclo internacional expansivo, paralelamente a uma situação de abundância de reservas internacionais. Através da utilização das grandes reservas acumuladas durante a Guerra, logo nos primeiros anos, o país passou a implementar a segunda etapa da industrialização via substituição de importações, durante a qual foram criadas diversas indústrias. No nosso país, o período que vai de 1945 até aproximadamente 1962 representa uma fase de expansão, muito embora não tenha havido um crescimento estável do PIB, o qual, todavia, apresentou uma taxa média de crescimento da ordem de 6,8% no período, taxa esta bastante satisfatória se comparada ao desempenho do resto do mundo. (OLIVEIRA, 1989, p. 64)

Assim, multiplicam-se pelo Brasil frigoríficos voltados para a produção de bens de consumo para os centros urbanos em expansão. O oeste de Santa Catarina foi solo propício para tal atividade, diante do potencial produtivo da região de suínos e aves e também pela existência de pequenas propriedades rurais de caráter familiar, característica propícia para a instalação de um modelo produtivo agroindustrial, aspecto também sustentado por Goularti Filho (2002). Em Itapiranga, por exemplo, 73% da renda das famílias de colonos provinha da produção de suínos.

O frigorífico Safrita de Itapiranga pode ser considerado um resultado da política desenvolvimentista disseminada no Brasil no pós-guerra. Com o estímulo à produção de bens de consumo dado pelo governo federal, a região de Itapiranga foi estimulada a produzir gêneros alimentícios, acompanhando as tendências da região Oeste de Santa Catarina. Portanto, ao discutirmos a necessidade de melhorias nas propriedades agrícolas e das condições de vida dos colonos e o aumento da produção visando o abastecimento de um mercado consumidor, temos de ter presente de que essa conjuntura também foi decorrente de uma política nacional. Ou seja, a discussão quanto modernização da economia regional de Itapiranga, além de uma necessidade local, foi reflexo de uma conjuntura brasileira.

A comunidade de Itapiranga, diante das adversidades da agricultura, sentiu a necessidade de pensar um projeto de desenvolvimento para a região. Esse sentimento teve influência da conjuntura econômica nacional e catarinense, que frente à demanda por produtos de origem agrícola para abastecer os centros urbanos e as linhas de financiamento para o setor, proliferou pelo país a demanda de produção para o abastecimento do mercado interno em expansão.

Para Itapiranga o fator que foi o propulsor da discussão quanto ao desenvolvimento foi a emancipação do município no ano de 1954. A partir de então, intensificaram-se as discussões e as propostas de desenvolvimento e progresso para a região. Conforme Jungblut,

A economia se mostrava preocupante, pela falta de indústrias; pela grande concentração da economia na criação de porcos – cerca de 73% da renda das famílias provinha dos suínos; pela numerosa saída das famílias para o Oeste do Paraná; pela baixa produtividade agrícola; pela pobreza da população; pela pouca tecnologia na agropecuária; pela infraestrutura paupérrima das propriedades e carência de estradas, entre outros aspectos. As pessoas de visão da época viviam aflitas pelo que poderia vir a acontecer se não fossem tomadas providências. (JUNGBLUT, 200, p. 210)

Em artigo publicado no Jornal Clarinadas de 15 de Junho de 1958, vemos o apelo do autor no sentido de urgentemente promover a industrialização e a modernização da agricultura de Itapiranga. Trechos do texto nos dão uma compreensão melhor desta análise feita pelo autor no período:

Para nós, já ambientados num mundo um pouco diferente daquele que nos viu nascer, parece-nos ingente necessidade a atualização do espírito dominante em nosso meio. É preciso tirar nossa cidade da redoma que a asfixia e isola do resto do mundo, retendo-nos na realidade que já devera ser antiquada na época de nossos bisavós. Somos pela industrialização de Itapiranga, pela modernização de seus métodos agrícolas, pela atualização do pensamento que norteia nosso povo. Não nos parece justo que quando o mundo já se prepara para viagens siderais nós ainda vivamos à maneira do século passado. Quando na agricultura o mundo inteiro aderiu à cultura racionalizada, ao emprego de adubos e fertilizantes, ao uso de máquinas agrícolas, em nossa

colônia ainda é o braço humano e o boi que revolvem a terra. E quando todo o Brasil sabe que a queima das matas é prejudicial à terra, em Itapiranga se preparam as roças com fogo [...] No momento em que o mundo atingiu o quarto período de sua evolução agrícola nós ainda estamos no segundo, qual seja o do emprego da enxada como principal objeto de trabalho do nosso lavoureiro. (ITAPIRANGA E O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, 1958, nº 6, p. 5)

Percebemos que o autor do artigo é enfático ao confirmar o atraso da economia regional. Ao afirmar que é preciso retirar Itapiranga da redoma, o autor apela para o fim das barreiras que atrasam a economia local. Como solução, o artigo aponta algumas alternativas:

Naturalmente o colono deverá colaborar. Ele não pode persistir teimosamente na afirmativa de que seu avô, usando os métodos que ele está empregando, foi muito bem, e estribado nisso, negar-se a adotar sistemas e processos modernos. É necessário convencê-los disso, principalmente a nova geração. A nossa indústria, se é que já podemos considerar tal, é a mesma que a Europa viu há duzentos anos atrás, na época obsoleta dos burgos, ou quiçá, já nos feudos. [...] O que não há é iniciativa, é coragem para um empreendimento de envergadura. A industrialização de suínos, cuja criação seria ainda mais incentivada e aumentada com a instalação de um moderno frigorífico é uma necessidade que se impõem. [...] Por que permitir que a nossa produção de leite e os nossos suínos sejam industrializados no Rio Grande? Não seria melhor que o fossem aqui mesmo? (ITAPIRANGA E O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, 1958, nº 6, p. 5)

Em outra reportagem publicada em jornal local, percebemos um depoimento da necessidade do povo itapiranguense pensar o futuro da região, numa referência à Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico como entidade representativa responsável por planejar as ações socioeconômicas necessárias para o progresso de Itapiranga:

Nos últimos 10 anos a população do Brasil duplicou. [...] Li com prazer nos últimos números de “Itapiranga em Marcha”, o progresso que se vai registrando nessa cidade. Itapiranga tem um futuro à vista, que os itapiranguenses desconhecem. Dentro de poucos anos poderá ser conhecida em toda a nação por cidade

de fronteira e de amplos recursos ainda não explorados. Nos últimos 4 anos como o pensamento do povo tem mudado! Que será quando em breve as casas tiverem televisão? [...] O marco do progresso será sem dúvida a Comude, favorecida por empréstimos provindos da Alemanha. É preciso que todo o povo colabore nestas iniciativas, que financeiramente, quer de ânimo e serviço. O progresso em Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticaí o que se está realizando agora, pois se não olharmos 10 anos para frente, chegaremos 100 anos atrasados. (ITAPIRANGA VIVE UMA ENCRUZILHADA HISTÓRICA, 1952, Nº 82, p. 01)

No fragmento acima percebemos o apelo da necessidade da população de maneira geral, abraçar a ideia do desenvolvimento para a região de Itapiranga. Temos de ter presente de que a partir da emancipação de Itapiranga, mas mais precisamente a partir do final da década de 1950 criou-se uma atmosfera de um ideal de progresso para Itapiranga. Como percebemos mesmo este progresso não sendo construído pelo povo para o povo, ele poderia ser idealizado e posto em prática por vias externas.

A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, era a entidade representativa de diversos órgãos e extratos sociais incumbida de coordenar as discussões e os projetos de desenvolvimento para o município de Itapiranga. Além disso, era quem realizava os contatos com as instituições de fomento em busca de recursos financeiros, como a entidade alemã *Misereor*.

Nesse sentido, foi contratada uma empresa especializada para realizar um levantamento técnico do potencial econômico de Itapiranga. Esse estudo, realizado ao longo do ano de 1962 e intitulado de Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga, apontou deficiências e capacidades socioeconômicas da região. Foram delineadas falhas na infraestrutura, na geração de renda, na formação técnica dos colonos e no manejo da produção. Assim, os projetos de desenvolvimento buscaram focar essas características, o que foi posto em prática com a instalação de uma escola técnica profissionalizante, visando a formação técnica dos colonos e das gerações vindouras; uma cooperativa de laticínios para industrializar a produção leiteira e agregar valor a essa produção; e um frigorífico para industrializar a alta produção de suínos no município.

A fundação e o desenvolvimento do frigorífico Safrita

Com os delineamentos traçados acerca das prioridades para o desenvolvimento da região, foram dados os primeiros passos para a efetivação dos projetos. A escola de formação técnica recebeu incentivos dos governos estadual e federal, além de recursos da instituição alemã *Misereor*, conseguidos principalmente através da influência dos padres jesuítas junto à instituição. A *Misereor* era uma instituição de fomento, mantida pela Igreja Apostólica Católica Alemã. A fábrica de derivados de leite foi fundada sob os preceitos do cooperativismo com o capital advindo principalmente dos investimentos de produtores de leite. Já o frigorífico, como demandava um capital maior para sua efetivação, foi instituído sob a forma de sociedade anônima no ano de 1962.

Fato que merece destaque é a importância do capital social para a efetivação desses projetos. O Capital Social pode ser considerado uma característica marcante no processo de formação do município de Itapiranga, sendo um aspecto determinante para o nosso foco de estudo. A região apresenta essa peculiaridade por dois motivos, a destacar: o primeiro deles foi a herança histórica e cultural da valorização do capital social entre as colônias alemãs. O segundo é o aspecto da necessidade da mobilização do capital social na região de Itapiranga por uma simples questão de sobrevivência frente às adversidades históricas do espaço.

A concepção de capital social se baseia nas redes de relacionamento de confiança, cooperação e inovação, vinculadas principalmente ao capital humano de uma sociedade. O capital social pode ser expresso através do acúmulo de capital financeiro, da força de trabalho, da solidariedade, da associação e de variadas expressões coletivas de cooperação, tendo a função de promover o desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos grupos sociais, entidades e organizações.

No estudo de Castilhos (2001), o capital social se refere às relações sociais que estariam institucionalizadas na forma de normas ou redes sociais. Na visão do autor, a institucionalização do capital social é fruto do acúmulo de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações de grupos, de comunidades ou classes sociais.

Quanto à efetivação do projeto de construção do frigorífico, já no ano de 1961 foram realizadas as primeiras reuniões em Itapiranga visando tal empreendimento. Ou seja, a discussão quanto à construção de um frigorífico no município já existia antes

mesmo da elaboração do estudo realizado por empresa especializada, quando podemos concluir que lideranças locais contrataram a empresa para a realização de um estudo e elaboração de um relatório unicamente para comprovar o que já se sabia e o que já se idealizava, para justificar a necessidade de recursos perante instituições de fomento.

Apoiados pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, lideranças empresariais e eclesiásticas iniciaram um verdadeiro mutirão pelo interior do município visando a chamada de capital financeiro para a construção do frigorífico. Diante da empolgação e envolvimento dessas lideranças, muitos colonos se sensibilizaram para investir na compra de ações da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga, vendendo inclusive bens materiais, como áreas de terras e imóveis. Os depoimentos de história oral coletados evidenciam que houve um sentimento de unidade e empolgação na efetivação do projeto e aspectos como a união de rivais políticos, de comerciantes e principalmente, a participação dos padres jesuítas empolgaram muitos colonos a comprar ações do frigorífico. Com isso o quadro social do frigorífico chegou a ter 800 associados, o que demonstra ampla participação popular no projeto.

Outro fato importante no desenvolvimento do frigorífico Safrita foram os recursos obtidos através de financiamento junto ao Banco do Brasil, com recursos obtidos pelo governo brasileiro da Aliança para o Progresso, que foi um amplo programa cooperativo das nações desenvolvidas, destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, ao mesmo tempo em que visava frear o avanço do comunismo nesse continente. No ano de 1965, a Safrita teve aprovado um projeto de financiamento junto ao Banco do Brasil no valor de 60 milhões de cruzeiros, provindos de recursos dessa Aliança para o Progresso.

No ano de 1967, o frigorífico Safrita iniciou suas atividades com a produção e a comercialização de derivados de carne. Foram diversas as dificuldades iniciais que vão desde a falta de experiência da direção da empresa, matéria prima, a mão de obra especializada e o mercado consumidor. O primeiro desafio da Safrita foi conseguir matéria prima para a produção na fábrica, o que teoricamente não foi difícil diante do potencial produtivo de suínos na região. O maior desafio nesse sentido foi implantar a substituição das raças e do melhoramento genético dos suínos produzidos pelos colonos.

O frigorífico iniciou suas atividades no ano de 1967 com a capacidade de abate de 200 suínos por dia. No primeiro ano de funcionamento, o frigorífico havia abatido 30 mil suínos e no ano de 1972, o abatedouro abateu 80 mil suínos. Dos suínos abatidos no ano de 1972, 50 mil eram provenientes de produtores do município de Itapiranga.

No ano de 1971, 478 acionistas da Safrita fundaram a subsidiária Frigoaves S/A que abatia inicialmente cerca de 3.000 frangos por dia. Já no ano de 1980, o frigorífico abatia cerca de 20.000 frangos por dia. Foi através da produção de aves que se intensificou o sistema de integração entre produtor e empresa na região de Itapiranga. Muitos colonos construíram aviários financiados por instituições bancárias, fortalecendo o compromisso do produtor em manter a produção para arcar com os empréstimos contraídos.

Foi através da produção de frangos que se intensificou a expansão dos mercados consumidores do Grupo Safrita, sendo fundadas filiais para recepção e venda de produtos em São Paulo e no Rio do Janeiro. Com a implantação da produção de frangos, a empresa teve de remodelar sua logística, ampliando os mais variados setores como o de transporte, a assistência técnica, a formação dos produtores e os mecanismos de comercialização.

Conforme dados do estudo de Sehnem (1985), a evolução do abate de frangos pela Safrita foi a seguinte: no ano de 1973 foram 300 mil frangos abatidos; em 1974, 1 milhão e 500 mil; em 1975, 2 milhões e 400 mil; em 1976, 2 milhões e 700 mil. No ano de 1977 a produção teve um aumento considerável pulando para 3 milhões e 900 mil. Já no anos de 1978 e 1979 a produção caiu para 3 milhões e 300 mil e 3 milhões, respectivamente. No ano de 1980, a produção aumento novamente para 4 milhões e 800 mil frangos abatidos.

No ano de 1976 a Safrita iniciou a criação e o abate de perus no município de Itapiranga motivada pela rentabilidade que o produto poderia proporcionar além de ser apenas a terceira empresa a abater perus no Brasil. O abate de perus iniciou no ano de 1977, sendo a matéria prima proveniente de granjas próprias da Safrita. No ano de 1977, foram abatidos 100 mil perus no frigorífico Safrita, no ano de 1978 a produção chegou a 120 mil, em 1979 foram abatidos 235 mil e no ano de 1980, a produção caiu para 180 mil perus abatidos.

Podemos considerar que o projeto de expansão do Grupo Safrita passou a ocorrer com maior intensidade a partir do ano de 1971, quando passaram a serem fundadas diversas empresas subsidiárias vinculadas à Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga. Temos de destacar nesse sentido a Frigoaves S/A, responsável pela produção de frangos e perus, a Safrita Agropecuária Ltda, responsável pelo setor de alimentos, medicamentos e insumos, a Sagenetica Ltda, responsável pelo melhoramento genético dos animais e o projeto da Fazenda Safrita Maués S/A implantada no estado do Amazonas.

O processo de expansão da Safrita foi expressivo durante a década de 1970, apesar das dificuldades administrativas, da concorrência de mercado e da distância dos mercados consumidores. Com os empréstimos feitos por agências de fomento e pelo Governo do Estado de Santa Catarina, o frigorífico Safrita conseguiu se manter no mercado por um período, mas essa realidade foi duramente afetada com a canalização dos financiamentos públicos destinados aos grandes grupos agroindustriais, como evidenciam os estudos de Michels (1998) e Goularti Filho (2002). Diante de um cenário desfavorável de manutenção de um empreendimento do pequeno porte como era a Safrita, o controle acionário da Sociedade Anônima foi vendido no ano de 1981 ao grupo multinacional Ceval Agroindustrial. Assim, deixou de existir a marca Safrita restando pequenos acionários que com o passar dos anos foram perdendo suas ações.

O frigorífico Safrita e o desenvolvimento regional

A proposta do artigo buscou compreender a perspectiva de desenvolvimento regional sob a ótica da implantação de um frigorífico no município de Itapiranga. Ao finalizar a discussão, necessitamos de respostas quanto à legitimidade e à efetividade desse projeto: o frigorífico Safrita proporcionou o desenvolvimento esperado para Itapiranga?

Em primeiro lugar temos de ter presente de que o desenvolvimento da sociedade é medido com base na perspectiva que se tem dele. Ou seja, se percebe o desenvolvimento, seja ele econômico ou social, ou até mesmo, socioeconômico, dependendo do que se espera como desenvolvimento e a que objetivos ele está atrelado, ou até mesmo, a quem ele está vinculado.

É preciso ter claro de que o projeto Safrita não foi um episódio isolado do contexto histórico. Foi um empreendimento que nasceu de uma iniciativa e do capital local, mas que esteve atrelado a todo um conjunto de fatores que favoreceram o seu desenvolvimento. Ou seja, o projeto Safrita teve determinantes de um contexto mais amplo, de uma conjuntura nacional e internacional de desenvolvimento do período após a Segunda Guerra Mundial. Então, apesar de promover o desenvolvimento local, esse desenvolvimento obedeceu a uma lógica que ocorreu também em outras regiões dentro da perspectiva da modernização da agricultura catarinense e brasileira.

Mas, como a proposta foi de analisar o desenvolvimento regional proporcionado pelo projeto Safrita, a discussão se ateve a realizar considerações acerca do espaço de estudo. Nesse sentido, é possível concluir que todo esse processo gerou mudanças substanciais na conjuntura econômica e social de Itapiranga e região, implantando novas cadeias de produção e novos padrões de sociedade. A Safrita foi importante propulsor da modernização da agricultura e todas as consequências a ela atreladas no período de 1960 a 1980. Isso porque esse empreendimento detinha uma cadeia produtiva e linhas de ação tão amplas, que afetou praticamente todos os setores da economia regional, obedecendo, é claro, a uma lógica conjuntural que foi além da perspectiva regional.

Nas atividades pecuárias, o frigorífico impulsionou a modernização da suinocultura, estimulando a criação de novas raças de suínos e alterando técnicas de manejo e de estruturação dos chiqueiros. Foi ele o responsável por implantar a modernização no setor da avicultura, estimulando a construção de então modernos aviários com equipamentos e rações balanceadas. A Safrita trouxe a Itapiranga a produção em larga escala de perus, espécie que era criada de forma artesanal nas propriedades agrícolas. Com a criação da Sagenética, foi estimulada a modernização do plantel genético dos animais, principalmente da bacia leiteira, fato que impulsionou a produção de leite na região.

O frigorífico também gerou mudanças substanciais na logística de produção e comercialização do setor agrícola ao implantar o sistema de integração entre empresa e produtor rural. O sistema de integração excluiu quase que totalmente da cadeia produtiva o comerciante das linhas coloniais, que até então era o responsável por controlar a cadeia produtiva local. Não há como medir as mudanças socioeconômicas

que o sistema de integração gerou na região, mas tem como entender que representou uma revolução entre quem produzia e quem comercializava os produtos agrícolas.

Para o município de Itapiranga, o frigorífico gerou dividendos na geração de impostos o que oxigenou os cofres públicos com a arrecadação de impostos advindos da produção agrícola e industrial. Ao analisar as políticas públicas das administrações municipais de Itapiranga no período, veem-se investimentos no processo de constituição da infraestrutura básica, com o objetivo de estimular e suprir as demandas advindas do processo de dinamização da economia local.

Além disso, estimulou a urbanização do município e a criação de novos setores de atividade econômica, transformando Itapiranga numa referência econômica regional. Conforme estudo de Eidt (1999), no ano de 1962, 82,78% da população de Itapiranga vivia no espaço rural e 17,2% no espaço urbano. No ano de 1980, essa proporção teria ficado entre 81,3% da população vivendo no espaço rural e 18,7% no espaço urbano. No ano de 1990, diminuiu a proporção entre as zonas rurais e urbanas, sendo respectivamente, 74,9% e 25,1%. No entanto, é preciso destacar que uma boa parcela dos trabalhadores do frigorífico e de outros setores da economia continuaram vivendo no espaço rural, apesar de trabalharem no espaço urbano.

Com o poder econômico advindo desse processo, várias obras de infraestrutura foram viabilizadas e efetivadas, como o asfaltamento da SC-472 no ano de 1978, a construção do Aeroporto Municipal de Itapiranga em 1973, instalação de diversas agências bancárias atraídas pelas possibilidades de financiamentos aos agricultores, a instalação da Comarca de Itapiranga no ano de 1973. De maneira geral, o frigorífico de Itapiranga estimulou a construção de diversas obras de infraestrutura no município. Podemos considerar que esses empreendimentos foram, em sua maioria, resultantes da influência política dos gestores da Safrita junto aos governos municipais e estaduais.

No entanto, é preciso ter claro de que todo o processo de modernização da agricultura promovido pela Safrita afetou principalmente os agricultores a ela atrelados. Mas nem todos os agricultores possuíam vínculo com a Safrita, muitos estavam vinculados a outros frigoríficos, as cooperativas de produção ou eram produtores independentes. Essa conjuntura aprofundou as diferenciações sociais entre os agricultores, entre agricultores capitalizados e agricultores não-capitalizados. Se até

aquele momento os padrões da agricultura tradicional nivelavam economicamente os colonos, a modernização da agricultura impulsionou as desigualdades entre os tipos de agricultores.

Outro fator que afetou os agricultores foi a disponibilidade de crédito para investimentos na modernização das propriedades. Os empréstimos concedidos aos agricultores, que inicialmente eram vistos pelas agências de fomento do Estado como estímulo ao trabalhador agrícola, acabaram se tornando um grande problema pela impossibilidade, em grande parte dos casos, dos agricultores conseguirem quitar suas dívidas diante das instabilidades da atividade.

Nas décadas de 1960 e 1970, as políticas de Estado estimuladas pelo capital estrangeiro e nacional trilharam os caminhos da modernização da agricultura. Conforme Ferrari (2003), esse processo esteve alicerçado em transformações na base técnica produtiva; na intensificação das relações capital-trabalho; constituição e consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares; manutenção e fortalecimento do modelo agrícola concentrador e excludente.

Conforme Eidt e Silva (2011), a modernização da agricultura em Itapiranga gerou consequências na estrutura social, gerando uma dualidade, entre aqueles que se aderiram ao sistema e os que não se enquadraram no processo. As grandes agroindústrias (leite, aves e suínos) colocam-se como centrais irradiadoras da modernidade da região e implantam relações artificiais no campo. Para o capital houve e há uma dualidade clara na região: de um lado, os empreendedores do movimento, da fluidez, da oxigenação, da instabilidade, da racionalização; de outro lado, os considerados como inadequados aos padrões da produtividade e competitividade. Aqueles da vida linear e da lentidão. Pessoas só adaptadas às oscilações sazonais do tempo e sintonizadas com o circuito inferior da economia.

Essa situação socioeconômica do produtor rural de Itapiranga pode ser sentida nos apontamentos feitos no Livro Tombo da Paróquia São João Berchmans no ano de 1978:

Situação em que vive o povo: politicamente, é área de segurança e tudo o que isto implica. Economicamente 70 famílias da paróquia não tem terra própria (arrendatários, meeiros). A seca é alarmante, com a queda na colheita resumida no ditado popular: o milho não dá, o porco não quer e a soja dá pouco. Acrescenta-

se a isto o fato de que o arroz também não deu. Devido aos empréstimos dos bancos e à queda da produção com a má colheita, existe o contraste e a ameaça dos bancos leiloarem as terras dos agricultores ou seus pertences. Há enorme desconto por saco ou bolsa por parte das cooperativas, no campo dos produtos. Existe o êxodo rural de muitos jovens e famílias (por falta de terra) que vão arriscar a vida nas cidades ou invadem o Paraguai. A metade das comunidades não tem luz elétrica. (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BERHMANS, 06 DE MARÇO DE 1978)

Essa situação nos é muito reveladora, demonstrando que o processo de modernização da agricultura, estimulado principalmente pelo frigorífico Safrita, promoveu, de um lado, o crescimento econômico de alguns produtores, e por outro, gerou diferenciações sociais entre produtores capitalizados e os não-capitalizados. Entende-se por agricultores capitalizados aquelas propriedades em que o processo de modernização da agricultura ocorreu com maior intensidade, através da modernização das técnicas agrícolas, dos implementos, da estruturação da propriedade. Consideramos que os agricultores capitalizados são aqueles que geram mais renda através de um trabalho mais racionalizado e técnico. Enquanto que os agricultores não-capitalizados são teoricamente aqueles que não aderiram, ou aderiram com menor intensidade, a esse novo padrão de agricultura que se desenhava no período.

Nesse contexto de modernização e capitalização das propriedades agrícolas, o governo do Estado de Santa Catarina foi influente através da Acaresc, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, através da introdução de políticas de formação e instrução dos agricultores quanto ao processo de modernização que estava transcorrendo na agricultura na década de 1970. Através da instituição dos Clubes 4-S, que tiveram grande abrangência entre os jovens do município de Itapiranga, o estado conseguia atingir a população do campo visando a introdução de novas técnicas de manejo e geração de renda.

Enfim, o projeto de desenvolvimento de Itapiranga idealizado na década de 1960 através dos ideais da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Relatório de Desenvolvimento Econômico de Itapiranga gerou mudanças profundas na estrutura socioeconômica da região. Nesse sentido, o frigorífico foi um grande

impulsionador desse processo. O desenvolvimento almejado pode ter sido alcançado, dependendo do olhar que se tem do processo.

Considerações finais

O objetivo do texto era o de contextualizar aspectos que contribuíram no processo de formação e desenvolvimento da Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga. Nesse sentido, buscamos reconstruir um pensamento histórico que colaborou na formação de um empreendimento agroindustrial inserido num projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense na década de 1960.

A partir década de 1950, a colonização Porto Novo passou a enfrentar sérias dificuldades através dos limites das fronteiras agrícolas da própria colônia e pela entrada de uma nova onda de migrantes e uma consequente escassez de terras para agricultura. Esse processo limitou a capacidade da agricultura em absorver a mão de obra. Nesse sentido, a sucessão familiar como valor da família alemã também foi afetada. Assim, consideramos que na década de 1950 a colonização enfrentou um momento de crise histórica e de identidade colonial. Naquele momento passou a existir um excedente de mão de obra que a agricultura não foi mais capaz de absorver. Diante dessa conjuntura, foram necessárias criar alternativas econômicas dentro dos próprios limites da colonização.

Simultaneamente a essa realidade local, a partir da década de 1950 tomou força no Brasil o pensamento desenvolvimentista que estimulou a industrialização, a urbanização e a modernização do campo. Assim, no oeste de Santa Catarina foram fomentadas a instalação de agroindústrias diante da expansão do mercado consumidor brasileiro e da produção agrícola existente. Disseminou-se o discurso de que havia um atraso da agricultura regional sendo necessário modernizar a atividade agrícola diante desse contexto. O pensamento desenvolvimentista da década de 1950, alicerçado no princípio do progresso financiado em grande parte pelo capital externo e com menor intensidade pelo capital interno, impulsionou projetos de desenvolvimento pelo interior do país, que foram postos em prática nos anos subsequentes.

Em Itapiranga os reflexos desse pensamento foram percebidos pela discussão quanto à necessidade de melhoria das condições de vida dos colonos, mas

principalmente, pela possibilidade de aumento da produção e modernização das propriedades agrícolas. Esse ideário desenvolvimentista começou a tomar mais força com a emancipação do município em 1954, com a criação da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico e com a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Econômico no ano de 1962.

Como resultado do Relatório de Desenvolvimento Econômico e das discussões promovidas pela Comissão Municipal de Desenvolvimento, foram estimulados investimentos em diversas obras que visavam dinamizar a economia regional. Nesse sentido, foram postos em prática uma cooperativa de produtores de leite visando aumentar e modernizar a bacia leiteira da região, uma escola de formação técnica e profissionalizante visando a formação dos jovens, e também o frigorífico Safrita visando aproveitar o potencial da suinocultura da região. Paralelamente, também surgiram outros empreendimentos de cunho econômico e social de menor porte e relevância local.

Podemos considerar que o projeto de desenvolvimento implantado em Itapiranga a partir da década de 1960 foi um divisor de águas da história regional. Até a década de 1950, a sociedade regional se caracterizou principalmente pela uniformidade dos valores sociais e religiosos. Na atividade agrícola, praticamente não havia diferenciação social nem produtiva entre os colonos. Conforme Eidt (1999, p. 76), “nessa fase, os objetivos sociais prevaleceram sobre os econômicos e as famílias identificaram-se por inúmeros valores coletivos. O êxodo rural era insignificante e a exclusão inexpressiva.”

A partir da década de 1960 e mais intensamente a partir da de 1970, o projeto de desenvolvimento idealizado para Itapiranga através dos empreendimentos acima citados começou a remodelar a estrutura econômica e social da região. Temos de destacar que o processo de modernização da agricultura regional obedeceu a uma lógica de mercado e de modernização agrícola que ocorria no Brasil e também na região oeste do Estado de Santa Catarina. A expansão das agroindústrias de produção voltadas para a comercialização em larga escala de produtos de origem animal e vegetal implantou novas técnicas de produção e lógicas de comercialização dos produtos agrícolas. Em outras palavras, o processo da modernização da agricultura colocou o produtor rural num novo patamar sob uma nova dinâmica produtiva.

O frigorífico Safrita, constituído com base no capital social de colonos e comerciantes, foi o grande responsável por disseminar na região de Itapiranga essa nova lógica da agricultura em curso nas décadas de 1960 e 1970. Através do sistema de integração, cortou os laços históricos existentes entre o colono e o comerciante das linhas coloniais e instaurou gradualmente um novo padrão de produção na agricultura regional. Podemos considerar que o projeto Safrita foi a manifestação local das políticas desenvolvimentistas instauradas no Brasil a partir da década de 1960. O processo de decadência da influência econômica e política do comerciante das linhas coloniais ainda pode ser tema de um estudo mais aprofundado.

Podemos concluir que o frigorífico Safrita foi idealizado por um grupo de pessoas, principalmente comerciantes vinculados à cadeia produtiva de suínos. No entanto, a ideia foi assimilada por um grande extrato da população local, o que nos dá indícios de que havia uma noção um tanto generalizada de que era preciso investir na modernização da atividade agrícola da região. Não podemos ser ingênuos em julgar que os colonos foram simplesmente condicionados a aceitar esse discurso modernizador da agricultura. Havia também um consentimento e um desejo por parte deles em gerar renda e criar alternativas para a economia regional, visto que o padrão de agricultura, que denominamos de agricultura tradicional, estava bastante deficitário na década de 1950.

Os investidores que compraram ações ou que produziram matéria prima para o frigorífico de Itapiranga impulsionaram um processo de transformação da economia e da sociedade regional. Na perspectiva de gerar renda, trabalho e de criar um prospecto de futuro para as gerações vindouras, os investidores do projeto Safrita colaboraram na formação de um novo padrão de sociedade regional. Havia dois tipos de acionistas do frigorífico, os que eram ativos e altos investidores e também os que eram passivos e detentores de poucas ações. Ambos se engajaram em diversos graus de intensidade no projeto. Dentre eles, havia ainda aqueles que estavam conscientes do que se tratava o projeto Safrita e também aqueles que simplesmente adquiriram ações de forma condicionada ou forçada por uma liderança econômica, política ou eclesiástica, ou até mesmo pelo discurso da imprensa bastante ativa no processo.

O frigorífico de Itapiranga impulsionou consideravelmente a produção de suínos e aves na região entre os anos de 1967 e 1980. Necessariamente o aumento da produção não pode ser considerado aumento da renda para o produtor, pois esta variável estava condicionada às oscilações do preço pago ao produtor. No entanto, o aumento da produtividade nas propriedades engloba toda uma logística produtiva que foi modificada no período, que vai desde o aumento da produção de milho e ração balanceada para a alimentação dos animais, o transporte, infraestrutura de chiqueiros e aviários, técnicas e racionalidades de produção.

Referências de pesquisa

ARQUIVO HISTÓRICO DA PARÓQUIA SÃO JOÃO BERCHMANS. **Livro Tombo da Paróquia**. São João do Oeste, SC.

CASTILHOS, Dino Sandro Borges de. **Capital Social e políticas públicas**: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, 2001.

EIDT, Paulino. **Porto Novo**: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

EIDT, Paulino. SILVA, Edinaldo Enoque. **Porto Novo**: do reino religioso ao poder de mercado. Curitiba: CRV, 2011.

FERRARI, Dilvan Luiz. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina**. 2003, 190 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2003.

FINALIDADES da *Misereor*. Jornal Itapiranga em Marcha, Itapiranga, 30 de Abril de 1962, nº 68, p. 08.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

ITAPIRANGA e o desenvolvimento agrícola. **Jornal Clarinadas**, Itapiranga, 15 de Junho de 1958, nº 6, p. 5.

ITAPIRANGA vive uma encruzilhada histórica. **Jornal Itapiranga em Marcha**, Itapiranga, 30 de Novembro de 1962, nº 82, p. 01.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997**. Campo Grande, MS: Editoria da UFMS, 1998.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. 2009, 632f. (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

OLIVEIRA, Vera Beatriz da Silva. Os ciclos da economia brasileira. In: **Revista Análise Econômica**. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, ano 7, nº 11, p. 63-90, 1989.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teóricas e conceituais. In: **Revista História, Debates e Tendências**. Passo Fundo, v 1, n. 1. p. 15-22, 1999.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ITAPIRANGA. Agro e Hidro-Técnica, São Paulo, 1962.(Mimeo)

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969

ROHDE, Maria W. **Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados**. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

SEHNEM, Dirce T. Drebel. **Integração avícola: o caso de Itapiranga**. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia, UNIJUÍ, 1985.